

NO LABIRINTO DA DEPENDÊNCIA A CAMINHO DA AUTONOMIA: CONSIDERAÇÕES “DESVIANTES” SOBRE A HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA DA AMÉRICA LATINA ENTRE IDENTIDADES E DESLOCAMENTOS

*EL LABERINTO DE LA DEPENDENCIA Y EL CAMINO HACIA LA AUTONOMÍA:
 CONSIDERACIONES SOBRE LA HISTORIOGRAFÍA LITERARIA DE AMÉRICA LATINA
 ENTRE IDENTIDADES Y DESPLAZAMIENTOS*

Daniel Machado Bruno¹
 André Natã Mello Botton²

RESUMO: Este artigo se propõe a explorar a historiografia literária da América Latina (AL) sob uma perspectiva crítica que supõe, por hipótese, a recorrência do uso de dicotomias como elemento que permeia e constrange a formação discursiva tecida na escrita da história do continente. Em face do quadro histórico de *colonialidade* que persiste como sentido do fenômeno social e cultural “latino-americano”, a historiografia literária se depara com a problemática de ordem da estética identitária: a situação de dependência histórica em que estamos colocados diante do mundo europeu – o nosso “labirinto de dependência” – é revivida no uso do léxico dualista internalizado que *prolonga*, com efeito, uma relação assimétrica com o pensamento eurocêntrico. Na produção literária de perspectiva culturalista da Latino-América, o recorrido binarismo acentuado residente nos debates envolvendo os conceitos “originalidade X cópia”, “modernidade X atraso”, “autonomia X dependência” e “civilização x barbárie” têm *re-atualizado* a dependência em sua dimensão cultural: a definição de identidades *ainda* sob o molde da alteridade dos modelos europeus. Como passarmos, portanto, da crítica da condição sociocultural à escrita *desviante* de uma história híbrida, heterogênea e singular?

Palavras-chave: Escrita da história; História da literatura; América Latina; colonialidade; dependência.

RESUMEN: Este artículo propone explorar la historia literaria de América Latina (AL) bajo una perspectiva crítica que supone, por hipótesis, la recurrencia del uso de dicotomías como elemento que permea y limita la formación discursiva tejida en la escritura de la historia de continente. Dado el marco histórico de la colonialidad que persiste como un significado del fenómeno social y cultural “latino-americano”, la historiografía literaria se enfrenta a la problemática de la estética de la identidad: la situación de dependencia histórica en la que nos enfrentamos con el mundo europeo – nuestro “laberinto de dependencia” – se revive en el uso del léxico dualista internalizado que en efecto extiende una relación asimétrica con el pensamiento eurocéntrico. En la producción literaria de la perspectiva culturalista latinoamericana, el binarismo recurrente acentuado que reside en los debates que involucran los conceptos “originalidad X copia”, “modernidad X atraso”, “autonomía X dependencia” y “civilización X barbarie” reactualizando la dependencia en su dimensión cultural: la definición de identidades aún en el molde de la alteridad de los modelos europeos. ¿Cómo pasamos, por lo tanto, de

¹ Doutorando em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPQ.

² Doutorando em Linguística e Letras na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPQ.

la crítica de la condición sociocultural a la escritura tortuosa de una historia híbrida, heterogénea y singular?

Palavras-clave: Escritura de la historia; Historia de la literatura; América Latina; colonialidad; dependencia.

“Brasileiros e latino-americanos fazemos constantemente a experiência do caráter postiço, inautêntico, imitado da vida cultural que levamos. Essa experiência tem sido um dado formador de nossa reflexão crítica desde os tempos da Independência”.

Roberto Schwarz (2014, p. 81)

1 Sob o signo histórico da dependência, um labirinto de interrogações

Investigar a história da literatura seja em escala regional, nacional ou, em exercício mais ousado, continental é retrair a operação de demarcação identitária correspondente ao fenômeno histórico-cultural de uma região, nação ou, no caso específico que nos interessa, de mais de um país. Desde o século XIX, sob a influência das ideias do Romantismo, em relação à nação e à possibilidade de uma identidade nacional, os esforços por desenvolver uma historiografia literária sempre tiveram como fundo teórico a baliza da unicidade identitária, relacionada a uma língua ou a uma determinada comunidade nacional em um espaço geográfico demarcado. A respeito deste último elemento, Machado de Assis, ao interpelar criticamente a produção literária brasileira em ensaio de 1873, já destacava não ser a tematização da territorialidade que determina se um autor pertence a este ou àquele país. O bruxo do Cosme Velho adverte que “o que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, 1959, p. 30).

Sendo assim, a territorialidade se apresenta como uma segunda instância relativa ao que, de fato, contribui à configuração de identidade da produção literária – um estilo que repõe a dialética entre a singularidade da escrita e a universalidade do sentimento. Nesse contexto particular – e quase exclusivo em torno da produção historiográfica literária –, os críticos latino-americanos, seguindo o paradigma europeu, também construíram as suas histórias partindo de uma demarcação nacional e precisaram responder a questões essenciais e inescapáveis desse processo hermenêutico-político, dentre as quais: como definir uma identidade que produza pertencimento a uma população dispersa de mais de 500 milhões de habitantes? Como delimitar uma mesma identidade a povos tão heterogêneos que, apesar da premissa comum de terem sido submetidos ao tipo de colonização exploratória europeia, apresentam formações sociais e historicidades distintas? Por mais que haja pontos históricos e formativos convergentes entre os 21 países, beira-se ao inexequível as variadas tentativas de reunir em uma única identidade todo esse multifacetado contingente humano.

Com base nessa ordem de questões, as ciências sociais latino-americanas, sobretudo as

vertentes argentina, chilena e brasileira, desenvolveram desde a década de 1940 um léxico próprio de análise dos processos sociais, econômicos e políticos que caracterizavam as estruturas de suas sociedades, cujas raízes se encontravam historicamente vinculadas ao processo de colonização dos países que constituem a atual América Latina (AL), remontando ao século XVI de conquista a ferro e fogo dos povos originários do continente. Para citar alguns dos sociólogos que adquiriram certo prestígio nos diagnósticos e na compreensão dos dilemas que configuraram (e ainda, de certo modo, configuram) o espectro da visão latino-americana, no âmbito socioeconômico principalmente, intérpretes como Raúl Prebisch, Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso³ destacaram-se em torno de duas interpretações basilares: a teoria do dualismo “Centro x Periferia” e a polêmica “teoria da dependência”, ambas formuladas em estreito vínculo institucional com a CEPAL.

Em termos sintéticos, tendo em vista não se tratar do tema central em discussão nesse texto, as duas teorias assinalaram historicamente a posição marginal – de dependência – que o continente latino-americano ocupa no concerto das nações mundiais no que se refere à chamada divisão internacional do trabalho, o que implicaria, em extensão à tese clássica, repercussões na importação de modelos políticos (leis e organização do sistema político e eleitoral) e de concepções de vastas ideias que performam a nossa cultura, repondo, desse modo, a dicotomia “originalidade & cópia” presente nos textos literários a partir dos pressupostos estruturais da análise sociológica. Esses estudos clássicos, citados neste momento enquanto manifestações com fundo de uma problemática que transcende a ciência literária, expõem um modo de conceber a realidade latino-americana por meio da relação binária – diga-se de passagem, binarismo político que é, com efeito, o ponto de partida crítico da análise que aqui nos propomos⁴.

De Pedro H. Ureña a Zulma Palermo, passando por autores como Ángel Rama, Roberto Schwarz, Viana Moog, José Hildebrando Dacanal e Ana Pizarro, oitenta anos de historiografia literária situada em uma perspectiva de pensamento culturalista repôs a situação *externa* de dependência *internalizada* na produção literária como núcleo semântico e simbólico discursivo no enfrentamento da problemática relacional entre a América Latina e o Ocidente central e hegemônico⁵. Da situação de colonizados historicamente, em torno do fato histórico-político e econômico datado da colonização, sobrevive a condição cultural de colonialidade⁶, processo de

³ Estes autores escreveram trabalhos que se tornaram clássicos no campo das ciências sociais latino-americanas. Em vez de citar a obra-chave de cada um destes, preferimos referir um artigo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso que busca examinar a condição de dependência na produção das ideias da América Latina. Ver: CARDOSO, Fernando Henrique. “Originalidade da cópia: A Cepal e a ideia de desenvolvimento”. In: *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes & CEBRAP, 1980, pp. 17-56.

⁴ Não se trata aqui de análise “purista” ou necessariamente “cética” que obstaculize ou denegue a compreensão da existência de uma relação binária que, inevitavelmente, perfaz o jogo de construção identitária, entre um “nós” confrontado a um “eles”. Pretende-se, tão-somente, apontar a recorrência do imaginário dicotômico na produção sociológica, literária e na crítica cultural latino-americana e interpretá-lo por meio de um arranjo explicativo que articule a situação de dependência à colonialidade que se internaliza na constituição da escrita da história do continente.

⁵ Ao citar as categorias de “central” e “hegemônico”, apenas estamos repondo a dicotomia que a própria historiografia do campo cultural emprega.

⁶ Esta expressão – colonialidade – parece ser bastante plausível para atribuir sentido aos processos de dependência no campo cultural e do modo como os latino-americanos se situam no mundo. Como exemplo e ampliação da

longa duração que transcende o fato histórico de que é originário, o qual se caracteriza por reatualizar a situação dependente⁷ em uma dimensão identitária no presente em curso. Este é o núcleo temático (e problemático) da investigação a qual buscaremos dar conta neste texto.

Perseguir o argumento desses autores acerca do diagnóstico da relação AL & Europa Ocidental no campo literário e cultural e pensar, desse modo, sua produção teórica em relação ao uso de imagens dicotômicas paradigmáticas do pensamento europeu (dos pares originalidade x cópia; atraso x modernidade; autonomia x dependência), torna-se urgente e necessário para esta discussão ser desdobrada. Assim, situando-se numa espécie de labirinto existencial, no qual os passos dados parecem ser insuficientes para encontrar a tão buscada “saída” autonômica, realizar um investimento crítico da historiografia literária pode ser um rastro da sinalização a um avanço significativo e pragmático do processo sociocultural em vista. Uma solução que, de outro modo, passa inexoravelmente pela articulação do trinômio historicidade-heterogeneidade-hibridismo como coordenadas de escrita da (assim tornada, talvez) *nossa* história literária.

2 A historiografia literária e seus modos de problematização da identidade “latino-americana”

Pedro Henríquez Ureña, ensaísta dominicano do início do século XX, inaugurou uma linha de interpretação que problematiza a história literária da América Espanhola⁸. Seu objeto de estudo, a partir de uma perspectiva de análise culturalista, se propõe a investigar a vasta produção literária dos países que compõem o quadro da América hispânica e articulá-la com a vida cultural correspondente, estreitando, desse modo, a relação entre o *local* (América hispânica) e o *universal* (o estrangeiro, no caso, o mundo ocidental). Tendo em vista que constitui um vasto campo de problemas teóricos e de repercussões práticas na vida social em geral, Ureña se distingue por desencadear o que seria conhecido, posteriormente, como a história da literatura latino-americana. O ensaísta torna-se, desse modo, precursor de uma problematização que manifesta o desajuste entre a vida cultural americana e a produção estrangeira, e é posto como teórico fundamental dessa nova historiografia que se constitui em torno do estudo da literatura latino-americana, sendo reconhecido nas obras de historiadores literários posteriores que, na visão deste ensaio, perseguem a mesma linha de interpretação fundada pelo dominicano.

Em termos da problematização levantada pelo intérprete, uma questão se destaca frente às demais: por que os estrangeiros se arriscaram, antes que os nativos, à síntese da história literária da América Latina? Se a literatura hispano-americana possui quatro séculos de existência, por que justamente o olhar estrangeiro, alheio aos fundamentos dessa cultura

historiografia que sustenta o uso do conceito, ver: MIGNOLO, 2017, pp. 1-18; PALERMO, 2010, pp. 7-23.

⁷ Utilizamos o conceito de “situação dependente” neste ensaio com o sentido de “atualizar” a expressão “situação colonial” empregada por Ana Pizarro em seu ensaio intitulado “Palabra, literatura y cultura em las formaciones discursivas coloniales”, cujo objeto de análise remete diretamente ao estudo do período colonial.

⁸ Importante ressaltar que em “Caminos de nuestra historia literária”, Pedro H. Ureña (2016) faz uso do termo “América Espanhola” ou “Hispano-Americano” em seus ensaios, com isso, acaba por não incluir em seu estudo países que não possuem o espanhol como língua oficial. Desse modo, a tentativa de Ureña fracassa uma vez que não uma atitude totalizadora conforme o seu intuito acerca da AL.

mestiça americana, é quem busca organizar a escrita de uma história de sua literatura⁹?

Refletindo acerca dessa problemática, Ureña destaca que a razão se encontra na menor dificuldade do exercício para quem tem o distanciamento e a visão de conjunto como experiência (no caso, os estrangeiros), de modo que não estar imerso na experiência vivida pelos latino-americanos facilitaria uma visão de “bosque”, para além da impressão do vivido de que tudo são “árvores”¹⁰. O autor assinala a necessidade de escrever a história literária por um viés nativo, afastado da visão estrangeira, apontando, inclusive, a noção de projeto como um farol orientador da organização da vida cultural com bases autônomas, ainda que o lastro de dificuldade de várias dimensões imponha obstáculos ao processo:

Todos los que en América sentimos el interés de la historia literaria hemos pensado en escribir la nuestra. Y no es pereza lo que nos detiene: es, en unos casos, la falta de ocio, de vagar suficiente (la vida nos exige, con imperio, otras labores); en otros casos, la falta del dato y del documento: conocemos la dificultad, poco menos que insuperable, de reunir todos los materiales. Pero como el proyecto no nos abandona, y no faltará quién se decida a darle realidad, conviene apuntar observaciones que aclaren el camino¹¹ (UREÑA, 2016, p. 16).

É em torno dessas observações por ele citadas que se constroem as condições de possibilidade de um projeto de escrita da história literária latino-americana segundo Ureña. Sugerida sua configuração diante de oito observações constatadas pelo escritor, a “nuestra historia literaria” conforma-se a partir da negação dos estudos parciais que até então eram habitualmente empreendidos nos países latino-americanos, voltados ao paradigma de formação das literaturas nacionais, e direciona-se à escrita de um ensaio de conjunto.

Sendo assim, a história literária proposta por Ureña apresenta caráter seletivo por via da métrica dos valores que a sustentam, o que permeia a conjunção de nomes centrais e livros de leituras indispensáveis. O autor reúne uma espécie de cânone latino-americano que edificaria e legitimaria a autonomia de nossa história, muito próxima, nesse sentido, dos parâmetros ocidentais clássicos, apenas substituindo os nomes estrangeiros por autores locais como “Bello, Sarmiento, Montalvo, Martí, Darío, Rodó” (UREÑA, 2016, p. 16). Central para sua existência, sobretudo, é a concepção dicotômica que embasa os parâmetros de nacionalismo e de atividade literária do autor. Na medida em que a autonomia da escrita da história se torna, na análise de Ureña, dependente da combinação de um “nacionalismo perfecto” e de uma “América buena”, ela só poderá se tornar concreta se vinculada ao espírito criador – nos termos de Machado

⁹ Aqui cabe como exemplo também a sistematização de histórias da literatura brasileiras feitas por estrangeiros como Friedrich Bouterweck, em 1805, Sismonde de Sismondi, em 1813, ou Ferdinand Denis, em 1816, que ao seu tempo propuseram histórias das letras brasileiras, no entanto, todos são estrangeiros.

¹⁰ Repomos a metáfora utilizada por Ureña (2016) para justificar a resposta à pergunta que ele levanta. Destacamos também o uso dessa mesma imagem por Antonio Candido (2000) ao refletir que a literatura brasileira é um galho dentro da árvore das literaturas europeias.

¹¹ Todos os que na América sentimos o interesse sobre história literária temos pensado em escrever a nossa. E não é a preguiça o que nos detém: é, em alguns casos, a falta de ócio, de repouso suficiente (a vida nos exige, com força, outros trabalhos); em outros casos, a falta do dado e do documento: conhecemos a dificuldade, pouco menos que insuperável, de reunir todos os materiais. Contudo, como o projeto não nos abandona, e não faltará quem se decida a dá-lo realidade, convém apontar observações que esclareçam o caminho. (Tradução nossa).

(1873), poderíamos associar ao “sentimento íntimo” – de grandes literaturas (que perfaz a categoria “nacionalismo perfeito”) e de nações sérias que dão forma e estabilidade às atividades culturais.

O intérprete é consciente das implicações de que, ao empregar o nacionalismo como critério de análise, ou melhor, de observação para um projeto futuro de historiografia literária, o referente é, inevitavelmente, o outro, sendo o paradigma dos valores a economia do pensamento estrangeiro; no caso particular, o espanhol. Ureña manifesta essa carga dicotômica, aflorada no uso das oposições, como fica expresso no excerto abaixo:

Unas veces, con infantil pesimismo, lamentamos nuestra falta de fisionomía propia; otras veces inventamos credos nacionalistas, cuyos complejos dogmas se contradicen entre sí. Y los españoles, para censurarnos, declaran que a ellos no nos parecemos en nada; para elogiarnos, declaran que nos confundimos con ellos¹² (UREÑA, 2016, p. 17).

A existência de influências europeias na formação da literatura latino-americana é inegável, como não poderia deixar de ser, na medida em que todo processo relacional que possui carga histórica colonial remete a presenças de múltiplas constelações históricas estrangeiras que são apropriadas, assimiladas e adaptadas de acordo com o contexto e a realidade social a que se destinam, tendo em vista que o intercâmbio e fluxo das ideias é uma dinâmica de relacionamento histórico entre diferentes realidades envolvidas. Nesse contexto, repondo a problemática da originalidade de uma formação literária, o intelectual dominicano expôs a necessidade de explorar a terra nativa, o sabor do país, ou seja, a cor local que faz do país algo peculiar na história do mundo a partir de temas particulares que, se abandonados, conduziriam ao caminho irreversível da imitação:

¿Tenemos originalidad? ¿O somos simples, perpetuos imitadores? ¿Vivimos en todo de Europa? O pondremos fe en las “nuevas generaciones” cuando pregonan – cada tres o cuatro lustros, desde la independencia – que *ahora sí va a nacer la expresión genuina de nuestra América?*¹³ (UREÑA, 2016, p. 20, grifos do autor).

Ureña remonta, desse modo, o problema que permeia a construção identitária de uma possível América Latina autônoma: superar a herança colonial deixando de ter como paradigma os modelos culturais europeus. Na ótica do escritor dominicano, a constituição de uma história da literatura deve incorporar suas fontes, remetendo tanto à origem espanhola quanto à indígena. O esforço de conhecimento da cultura indígena corrobora para, com “calor e cor”, construir uma história literária legitimamente latino-americana. No entanto, interessante ressaltar que, em sua história, o autor não inclui diretamente essa tradição nativa na narrativa,

¹² Algumas vezes, com pessimismo infantil, lamentamos a nossa falta de fisionomia própria; outras vezes, inventamos credos nacionalistas, cujos dogmas complexos se contradizem entre si. E os espanhóis, para nos censurar, declaram que não nos parecemos em nada com eles; para nos elogiar, declaram que somos confundidos com eles. (Tradução nossa).

¹³ Temos originalidade? Ou somos simples e perpétuos imitadores? Vivemos daquilo que recebemos da Europa? Ou colocaremos fé nas “novas gerações” quando anunciam - a cada três ou quatro quinquênios, desde a independência - que *agora sim* vai nascer a expressão genuína da nossa América? (Tradução nossa).

apenas intenciona mencioná-la.

Nessa linha de argumentação, o passo mais significativo de Ureña é o rompimento que o autor propõe com a tradição de análise das literaturas apenas a partir do viés linguístico, o que acaba por excluir países como Brasil e Haiti, por não apresentarem o espanhol como língua oficial. O autor dominicano, com isso, integra as literaturas de língua portuguesa e espanhola dentro de um esquema histórico comum, cuja grande contribuição é, portanto, articular uma história da literatura da América Latina não mais a partir do critério “idioma”, mas proceder à organização correspondente a uma “cultura” comum. Sendo assim, a partir de equivalências estéticas ou do critério relativo à inserção das correntes literárias, Ureña estabeleceu um correlato cultural reintegrando em um mesmo discurso as duas línguas (português e espanhol) em função literária.

Quando repensa a América Latina a partir da cultura, ele evita o traço cronológico próprio das escolas artísticas e estéticas segundo modelos europeus. Ao romper com esses arquétipos, está aberto o caminho para “uma organização fundamentada em períodos históricos que podiam ser enlaçados como etapas de um projeto cultural” (RAMA, 2008, p. 136), conforme assinala Rama ao comentar o trabalho historiográfico de Ureña. Ao tratar da identidade, Ureña aponta para o Romantismo como momento singular de sua constituição, na medida em que as literaturas nacionais estão relacionadas aos ciclos de independência dos países latino-americanos. Segundo o autor, é nesse momento que são produzidas as obras que gestariam as nações e é também nesse período que houve a tentativa de, ao se afirmar a independência política, sublinhar a independência cultural das colônias diante das metrópoles em face da tentativa de autonomia artística.

Esse processo de corte histórico-cultural mobiliza a formação de uma nação desde a necessidade de criação de um mito original que fundará e procurará definir a identidade de um povo. Dentro do projeto de criação dos países da América Latina, cada sociedade “elegu” seu cânone e a partir dele estabeleceu os seus mitos fundacionais. Nesse sentido, incursionando nas fronteiras entre literatura e história – um problema teórico próprio desse campo que abarca praticamente todas as publicações acerca do tema –, a historiografia cultural precisa apropriar-se da historicidade no esforço crítico de identificar quais foram as obras que contribuíram para a definição da identidade. Esses textos, segundo Ureña, foram escolhidos durante o Romantismo. No entanto, o que aconteceu foi que neles ainda havia valores e modelos tipicamente europeus, que não expressavam a identidade própria dos países colonizados, mas continuavam a reproduzir os arquétipos das metrópoles, por mais que as nações da América Latina já tivessem proclamado a sua independência política. Ao continuar copiando os modelos europeus, o resultado não foi o que se esperava, pois os povos não eram homogêneos, sendo completamente distintos em suas configurações de classes e condições sociais.

Seguindo a tradição culturalista proposta por Ureña, o crítico uruguaio Ángel Rama notabilizou-se por seu investimento de criação de um sistema literário que articula a estrutura tripartite autor-leitor-obra numa dinâmica de totalidade que, por sua vez, pretende abarcar o continente em suas peculiaridades contraditórias e originais. Na concepção de Rama (2008), a totalidade – em termos qualitativos de análise –, que representa o conjunto de países intrinsecamente diferenciados em seus movimentos histórico-literários, tem como pressuposto

um denominador comum que permite a construção de um discurso global e coerentemente estruturado (uma leitura abarcadora). A articulação de um “arquivo mínimo” que, dentre as particularidades nacionais, reconhece problemas, dilemas e conceitos cuja interpretação supera as fragmentações e encontra afinidades em todo o continente retoma um diálogo que as produções sociológica, econômica e historiográfica já vêm sustentando há longo tempo¹⁴, deslocada ao âmbito da arqueologia literária.

Mobilizando conceitos que remetem à noção de totalidade, como “global”, “unidade”, “estrutura” e “unificação”, Rama (2008) constata, assim como Ureña, a preocupação exclusiva aos estrangeiros de escrever a história literária do continente. Para tanto, adere ao diagnóstico de Ureña e o toma como precursor latino-americano deste projeto cultural e de matriz interpretativa que representaria a possibilidade, segundo sua visão, de autonomização da América Latina, o que repercute, por exemplo, na importância atribuída ao papel da literatura indígena na composição desta história. Por tanto, o conceito de literatura explorado pelo autor denota uma compreensão mais expandida do que seria considerado no *corpus* de análise literária, avançando para além da fonte escrita. Em outras palavras, ampliar a concepção de literatura seria permitir fraturar o conceito canônico cristalizado pela tradição ocidental e reconhecer a heterogeneidade existente mesmo em meio a um projeto cuja finalidade é a construção de uma unidade/totalidade:

Implica reintegrar à literatura, como materiais legítimos, não apenas as criações anteriores ou contemporâneas da Conquista que os europeus recolheram, mas também o acervo folclórico de cantos, contos, mitos, textos filosóficos ou religiosos que até o presente têm sido meros documentos nas mãos de antropólogos, mas não têm sido valorizados pela crítica literária que poderia conferir-lhes um lugar respeitável dentro de um sistema de valores (RAMA, 2008, p. 141).

É em torno da noção de heterogeneidade que reside a complexidade do projeto em vista: como fundar um projeto de uma literatura da América Latina em face das peculiaridades culturais de seus países? Rama avança na sugestão de um roteiro comparativo-cultural, com ênfase no reconhecimento das vertentes espanhola, francesa e portuguesa do tronco linguístico constituinte dos idiomas falados no continente. Conjugado aos fatores de ordem linguística, a literatura da Indoamérica e da Afroamérica, que, na análise de Rama ainda ocupam lugar subterrâneo na história literária, comporiam o quadro de um projeto cuja potencialidade está em obra. No excerto abaixo, encontram-se os critérios de sua proposta historiográfica:

Esses três traços [a influência da romanidade, a forma de apropriação das culturas estrangeiras e a estrutura cultural mestiça e estratificada da AL] contribuem para fundar o projeto de uma literatura da América Latina, mas nela não pode faltar, apesar de não serem mencionadas no nome, as literaturas da Indoamérica e da Afroamérica, que ocupam um lugar soterrado e obscuro, que não pode nos enganar: sabemos que “o fogo está sempre

¹⁴ Remete-se aqui à contribuição analítica acerca dos problemas estruturais do continente por parte de “economistas, sociólogos e historiadores” na referência feita por Rama (2008), em *Literatura, cultura e sociedade na América Latina*.

presente na cinza” (RAMA, 2008, p. 141).

Articulada sua análise como resposta ao problema por ele proposto, a saber, como produzir algo novo nos estudos literários latino-americanos, Rama sugere uma abordagem metodológica de história literária comparada, em conformidade à leitura culturalista. Para ele, o processo de autonomização se volta para uma “aventura intelectual de integração”, o que remete à complexidade inerente à construção de um discurso global. Existe, em seu ensaio, para tanto, uma concepção destacada de totalidade a que o autor explora teoricamente, constituindo um léxico que gira em torno das noções de “sistema”¹⁵, “análise panorâmica”, “reunificação”, “estrutura geral”, “integração” e “intercomunicação”. Tal gramática conceitual assim organizada visa à finalidade proposta pelo ensaísta: a criação de um sistema literário latino-americano.

Fio condutor da análise proposta neste ensaio, o nexos estruturante entre a construção identitária do continente e a escrita de uma história literária que se pretende autônoma é exposto pelo crítico uruguaio como o problema de fundo da construção da personalidade latino-americana:

No fundo, o problema me parece ser exatamente o de sempre: o da descolonização e a resposta criativa que se deu nas culturas americanas, bem como nas literaturas em particular. É a construção da personalidade latino-americana (RAMA, 2008, p. 174).

Desse excerto, é fundamental reter a problematização concernente à identidade – nos termos da “construção da personalidade” – e acentuar a percepção acerca da criatividade da resposta que nossas culturas emprestam ao significante de mundo ocidental: o recado da heterogeneidade e hibridismo próprios da América Latina¹⁶. O crítico uruguaio sugere o conceito de “literatura mestiça” (RAMA, 2008) como organizador de uma experiência comum no continente, com isso resolvendo alguns problemas que distanciavam os países. Cumprindo papel de importância na persecução da ruptura com o discurso hegemônico europeu, a questão racial, por meio da qual a forma e o conteúdo se entrelaçam na estética, nos gêneros e nos contextos apresentados nas obras, manifesta o hibridismo cultural latino para além do ponto de vista estritamente étnico-racial. O que Rama realizou, com efeito, foi estruturar o sistema literário latino-americano para buscar na originalidade de suas manifestações literárias as peculiaridades aparentemente contraditórias do modo de funcionamento cultural.

Na análise das singularidades de cada literatura é que estão os pontos convergentes da escrita. Consequentemente, o esforço teórico-crítico volta-se para o reordenamento do conceito identitário no plural e não em sua unicidade. A construção das identidades na América-Latina, assim, decorre do encontro/confronto de três culturas: a de matriz “indígena” (local),

¹⁵ Vale ressaltar que Antonio Candido, na *Formação da Literatura Brasileira*, pensou a produção literária a partir da tríade autor-obra-público enquanto uma “interação dinâmica” (CANDIDO, 2000, p. 16) e sistemática. Contudo, a articulação desse sistema foi explorada apenas dentro do contexto de produção literário brasileiro.

¹⁶ Convém lembrar, em termos da proposição de uma alternativa ao modo “central” e hegemônico que legitimou o discurso do mundo ocidental, a ideia de “outro Ocidente”, elaborada pelo crítico cultural brasileiro José Guilherme Merquior. Ao não afastar o Brasil e a América Latina do Ocidente, Merquior postula um lugar específico e alternativo do continente em sua inserção na matriz cultural ocidental. Ver: *O outro Ocidente*. Presença: Revista de Política e Cultura, nº 15. Rio de Janeiro, abril/1990, pp. 69-91.

“europeia” (colonizadora) e “africana” (escravizada), esse o ponto em comum de todos os países do continente. Desse modo, a história literária torna-se mais dinâmica e inovadora na medida em que descobre diferentes elementos que perturbam (desestabilizam) um sistema e acionam novos no debate identitário. Diferentemente das propostas vigentes e canônicas, o que Rama propõe em seu argumento é a percepção das distinções presentes em cada contexto e que acionam diferentes manifestações culturais conforme conjuntura social.

Rama apresenta um “comparatismo cultural” no lugar de um “comparatismo literário”:

O projeto de um discurso único, abarcador de toda a literatura latino-americana, não se fixaria em torno de um comparatismo literário, mas cultural, reconhecendo o tronco linguístico do qual partem as três línguas que o definem: espanhol, português e francês, com ênfase na função simbólica e, portanto, significante da criação literária. (RAMA, 2008, p. 138).

Assim, é possível falar em identidades latino-americana a partir desse comparatismo cultural que une e integra as culturas em três traços característicos do comportamento cultural “latino-americano”: a) o traço da influência da romanidade, presente desde a colonização; b) a forma de apropriação das culturas estrangeiras, que assumiu uma literatura que não era tipicamente daqui; c) o traço da estrutura cultural da América Latina, mestiça e estratificada. Esses três traços contribuem para fundar uma *literatura latino-americana*, mesmo que não estejam incluídas no conceito as literaturas da Indoamérica e da Afroamérica.

Desse modo, vai ser possível falar em identidade latino-americana fundamentando-se em Rama, ao se perceber que não é a partir das línguas que se organizarão as criações literárias umas inscritas nas outras, mas ao olhar para a valorização estética que permita unir o conjunto dessas produções. Assim, ao conceituar “literatura” a partir de uma visão mais ampla, Rama também reatualiza o *corpus* básico de estudo da identidade latino-americana. Propõe recuperar uma série de textos não considerados pela crítica para que a partir deles seja construída uma história da literatura, sublinhando, por sua vez, o acento de suas marcas identitárias – o nexos estruturante de sua proposta cultural(ista). Ángel Rama não utilizou o termo “hispano-americano” como o fez Pedro Ureña, por exemplo. Aquele preferiu o termo “latino-americano” ao se referir à produção cultural e ao povo que integra as nações que aí estão. Rama entendera que, ainda que essa expressão não seja totalmente abarcadora da realidade cultural, visto que não inclui literaturas produzidas em línguas não pertencentes à romanidade, é mais inclusiva na falta de outra expressão alternativa melhor.

Zulma Palermo (2010), seguindo o caminho aberto por Ureña e Rama, em *El rol de las historias literarias en los proyectos de modernización latinoamericana*, ao incursionar na reflexão acerca da identidade latino-americana começou por definir e distinguir dois conceitos que podem confundir-se: “colonialismo” e “colonialidade”. O primeiro refere-se ao processo histórico e o segundo, de outro modo, diz respeito ao padrão de poder que surge do colonialismo moderno (e, portanto, o ultrapassa). A partir desse discernimento metodológico, Palermo desenvolve a escrita de sua história da literatura.

Com isso, segundo a teórica, torna-se necessário refletir a partir de duas perspectivas: da interioridade do pensamento europeu e da sua exterioridade, confluindo-se nessa acepção tanto

o pensamento de Ureña quanto o de Rama. Desde a visão da interioridade do olhar europeu, poder-se-ia falar em “proximidade e afastamento”:

Esta oposición entre “lejanía” y “proximidad” es una de las claves centrales para la comprensión de los procesos que habrán de seguirse construyendo y consolidando en el transcurso de los siglos sucesivos en los que se profundizará la cuestión de la “diferencia” entendida como distanciamiento de “lo mismo” en las construcciones identitarias¹⁷. (PALERMO, 2010, p. 11).

A construção identitária vai se configurar a partir do afastamento de si mesmo, com a percepção da diferença do outro. Da mesma forma que Ureña, Palermo consolida a ideia de que desde o século XIX, durante o Romantismo, buscou-se criar nacionalidades a partir da literatura. No entanto, essa construção baseou-se em cânones eurocêntricos homogêneos, que não incluíam a população latino-americana ou, quando muito, apenas uma parcela da sociedade. Essa homogeneização se tornou indispensável para a constituição das nações europeias cujo modelo foi replicado na América.

No que diz respeito à exterioridade, o foco foi sempre a língua e não o discurso, enquanto fator homogeneizante. Contudo, segundo Palermo, Antonio Cornejo Polar e Antonio Candido “se interesaban por el hecho artístico pero dentro del contexto de la construcción de una conciencia nacional inclusiva de todas las diferencias que funcionan em su interioridade”¹⁸ (PALERMO, 2010, p. 13). Da mesma forma que Rama, o ponto convergente entre os países que latino-americanos é a cultura. Os processos de formação das nações são praticamente os mesmos, de modo que a língua se torna mais um fator de imposição de uma cultura europeia do que um fator eleito critério de união dos países.

É importante destacar, ainda, sobre Palermo, a sua visão de arte: num primeiro momento apropria-se de padrões já estabelecidos, para depois subvertê-los para si. É o mesmo processo de emancipação que Rama trabalhara. Ou seja, dentro do processo histórico na América Latina, primeiramente, houve uma imposição dos modelos europeus, para, em seguida, acontecer certa adaptação dessas correntes conforme a “cor local”, para resgatar a expressão machadiana. Mais tarde, dentro de um processo de aprendizagem, a arte começa a se emancipar e inserir-se dentro de um esquema geral. Nesse ponto, pensando no viés do desenvolvimento identitário, a literatura contribui para a sua “divulgação”, de modo que com a emancipação da literatura latino-americana pode-se falar mais abertamente a respeito de uma identidade latino-americana.

O estudo desses três autores fundamentais para pensar a identidade latino-americana contribui para consolidar a ideia de unificação e aproximação dos países que constituem esse grupo. Dentro dessa discussão comparativa entre os três, é possível engendrar conjunções identitárias da América Latina: o problema da língua, traços culturais, mitos, o processo colonizador e a estratificação dos povos, para, a partir desses tópicos, ressaltar a pluralidade

¹⁷ Essa oposição entre “afastamento” e “proximidade” é uma das chaves centrais para a compreensão dos processos que seguirão sendo construídos e consolidados no transcorrer dos séculos em que se aprofundará a questão da “diferença” entendida como distanciamiento do “mesmo” nas construções identitárias. (Tradução nossa).

¹⁸ [...] se interessavam pelo fato artístico, mas a partir de dentro do contexto da construção de uma consciência nacional que incluía todas as diferenças que atuam na sua interioridade. (Tradução nossa).

identitária latino-americana. É o que Ureña havia feito, fenômeno apenas denominado por Rama (2008) de “correlato cultural”. Ou seja, a correlação entre as literaturas “[...]devia ser buscada nas equivalências das estéticas ou das correntes literárias, que deslocam a tônica da análise posta sobre a articulação artística de uma língua comum para as articulações correspondentes a uma cultura comum” (RAMA, 2008, p. 136).

Dentro desses traços culturais é significativo apontar para os mitos, lendas e histórias que estão por trás de muitos dos romances canonizados nas literaturas latino-americanas. Não apenas aqueles que são de origem indígena, mas os que vieram junto com os escravos africanos. A produção cultural da América Latina está repleta de personagens retirados de histórias transmitidas por gerações. Não apenas as línguas dos povos escravizados (tanto índios quanto africanos) deixaram marcas na cultura, mas os mitos também impregnaram o imaginário de vários povos, e, por sua vez, encontraram na literatura o seu espaço de circulação e de permanência. Personagens folclóricos tornaram-se consagrados graças à literatura e, desse modo, é possível falar em aproximação cultural ao analisar todas essas figuras que foram trazidas ou recuperadas pela literatura (já em uma acepção mais ampla, como proposta por Rama) e que já faziam parte do imaginário popular.

Além disso, basta lembrar da relação estabelecida pelo europeu que, ao se deparar com o índio, criou mitos a respeito dos povos originários. Como exemplo, a ideia do “bom selvagem” surge desse encontro. O colonizador inventou imagens e as representou através da literatura conformando um desenho ideal do homem real que habitava a América Latina. Todas essas representações, por certo, contribuíram para a construção de uma identidade latino-americana que não correspondia com a realidade. Outrossim, estava mais voltada para o fantástico profundamente imbricado de um misto de medo e imaginação frente ao desconhecido – ao estranhamento, para falar em termos antropológicos desde um encontro.

Outra marca possível de ser identificada por toda a América Latina é a clara estratificação social deixada pelo processo de colonização. Sociedades que nem sempre foram planejadas surgiram e os órgãos públicos não souberam dar conta disso. Prova é o aparecimento de grandes favelas que estão presentes em grandes cidades como Buenos Aires, São Paulo e Bogotá, para citar algumas. Todas elas são frutos dessa mesma falta de estrutura urbana que não abrangeu toda a população, mas, pelo contrário, excluiu e colocou parcelas à margem da sociedade. Isso se reflete na produção cultural que surge nesses estratos da população. Não há igualdade social e econômica entre as pessoas, mas cada vez mais um distanciamento que acaba por impedir o acesso a bens culturais que deveriam estar à disposição de todos, inclusive a literatura. A questão identitária, nesse quadro, retorna ao debate literário, cultural e público como interrogação premente de uma ânsia social por representação: uma interpelação que vem desde as margens e fronteiras sociais, culturais e econômicas de encontro ao consolidado e instituído como padrão cultural.

3 Por uma outra estética identitária. Considerações “desviantes” sobre como enfrentar o labirinto da história literária latino-americana.

A cada encruzilhada do labirinto surge um novo caminho. Ureña, Rama e Zulma

Palermo abriram percursos e olhares distintos para esses meandros identitários quando se puseram a pensar a América Latina. Contudo, há ainda outras direções que podem vir a ser exploradas. José Hildebrando Dacanal e Vianna Moog, por exemplo, sugerem concretizações similares – ao pensarem em histórias da literatura – às de Pedro H. Ureña e Ángel Rama¹⁹, respectivamente, mas aplicado ao caso brasileiro.

Segundo o conceito de “prolongamento cultural” exposto por José Dacanal, em 1978, a cultura brasileira apresentava, desde o processo de colonização efetivado por Portugal, uma relação de dependência, porém com organização própria não sendo completamente dependente da metrópole europeia:

Esta relação de subordinação tem, na verdade, características muito singulares, pois tais sociedades se manifestam historicamente como prolongamento dos centros hegemônicos capitalistas, não sendo (ao contrário dos territórios coloniais da África e da Ásia) simples feudos destinados à exploração de rapina ou meros enclaves comerciais nem exigindo a dominação militar direta ou a destruição radical das culturas autóctones. Em outras palavras, por *sociedades periféricas caracterizadas de prolongamento* entendo as da maioria absoluta das nações latino-americanas que, por volta do início do séc. XIX, ao se integrarem na periferia do capitalismo central, o fazem por livre espontânea vontade (às vezes nem tão livre nem tão espontânea mas, sempre, finalmente aceita de uma ou de outra forma a partir *de dentro*) das elites nativas dominantes. Ora, é justamente esta aceitação a partir *de dentro* que define a sociedade dependente (e a *cultura de prolongamento*). (DACANAL, 1978, pp. 120-121, grifos do autor).

Quando o autor brasileiro expõe seu pensamento a respeito da “cultura de prolongamento”, ele se aproxima, em alguma medida, da argumentação defendida por Ureña. Ambos convergem a respeito da produção cultural enquanto desenvolvimento de uma cultura europeia colonizadora. Desse modo, a imposição de sentido – assim como das colônias para a Latino-América – acontece de modo sistemático a partir de um centro cultural estabelecido frente as periferias urbanas. Contudo, o ocorrido no contexto latino-americano foi que a cultura imposta por aqui não ficou restrita a apenas um campo, mas soube criar condições de desenvolvimento e, sobretudo, de contradependência. Este último conceito se refere, conforme Dacanal (1978), às culturas independentes dos grupos já dependentes. Por meio dessa argumentação, o autor gaúcho faz a sua análise da produção brasileira ao longo dos anos²⁰ enquanto cultura de prolongamento e de cultura contradependente. Em algum nível, seria muito semelhante às culturas dos outros países da América Latina, uma vez que praticamente todos passaram por um processo semelhante de colonização.

Por outro lado, Vianna Moog, em uma conferência de 1942, propõe uma visão para a história da literatura brasileira a partir de arquipélagos culturais. Nesse texto, o autor pensa a produção literária a partir de regiões que se aproximam enquanto “arquivo mínimo” – para

¹⁹ O esforço neste ponto é o de aproximar visões teórico-críticas que, em alguma medida, se colocariam como concretizações do pensamento de Ureña e de Rama. Tanto Moog quanto Dacanal não possuem contato direto com o pensamento dos autores de língua espanhola.

²⁰ Não iremos nos deter no quadro sobre a divisão da sociedade brasileira que José H. Dacanal apresenta em “Dependência cultural: notas para uma definição”, publicado no livro *Dependência, cultura e literatura*, de 1978.

usarmos o termo de Rama (2008) –, mas pensado muito mais próximo do clima que essas regiões possuem. “Qual então o sistema interpretativo que mais se lhe ajusta? Tenho para mim seja o de análise dos núcleos culturais cuja soma forma o complexo heterogêneo da chamada literatura brasileira” (MOOG, 1983, p. 5). Mais uma vez, semelhante a Rama, Moog pensa a literatura enquanto sistema literário em dois sentidos: enquanto sistema mínimo, mas dentro de um todo heterogêneo. O pensador brasileiro não uniformiza a diversidade a partir de conceitos que não se encaixam a todos; não pensa a produção literária simplesmente a partir de periodizações e escolas literárias marcadamente europeias e impostas por aqui. Ele percebe a diversidade cultural presente em determinadas regiões e as aplica – unicamente no Brasil, faça-se a ressalva –, em certo nível, pelo mesmo caminho pensado e percorrido por Rama (2008) – para a América Latina.

Sendo assim, nenhum dos autores esgota totalmente o tema – parece que nenhum deles encontrou a saída definitiva desse labirinto. O desafio em termos de projeto cultural que a escrita da história literária da América Latina significa, tendo em vista a busca de sua autonomia, possibilita, por outra via, algumas reflexões como tópicos importantes de análise: as fissuras na formação discursiva homogeneizante da crítica inspirada nos modelos europeus e o avanço que a dúplice negativa do ser e não-ser pode representar enquanto construção de um discurso que não opera sob o regime de dicotomias e concepções binárias caras a um modelo cultural legado pela modernidade eurocêntrica como discurso racional.²¹ Incorporando esses tópicos analíticos à nossa agenda de interpretação, a questão que se torna mais plausível em torno da proposição de uma história literária de viés crítico é escapar das reposições duais que surgem como heranças de um paradigma europeu enraizado historicamente nas sociedades latino-americanas, cujo signo é positivado com o epíteto de originalidade, modernidade, racionalidade e civilidade.

Escrever contra o discurso hegemônico é apontar fissuras em seu tecido cultural, o que representa um avanço, sem dúvidas, porém transitório, ainda limitante de uma posição periférica no concerto das literaturas e das nações mundiais. Em outros termos, escrever contra é eleger o outro como referente a quem precisa ser, mesmo ao ser contestado, ouvido como interlocutor do discurso. Na tentativa de escapar do labirinto, sua estrutura cristalizada e cheia de meandros confunde a crítica com a reposição de uma forma de pensar historicamente arraigada na tradição moderna ocidental que, desde o período das independências na América Latina, floresceu como sinônimo de semântica da autonomia. Uma colonização pelo léxico, agora.

De outro modo, eleger a própria história da América Latina, com as fissuras linguísticas, raciais, no corpus e no cânone ocidentais que ela provoca como referente de análise remete ao abandono do uso das imagens dicotômicas que acabam por reproduzir o paradigma europeu. Apontado anteriormente o nexos estruturante entre as formações identitárias e as histórias

²¹ Inseridos e imbuídos dessa perspectiva estão as reflexões contemporâneas (desde meados dos anos 1960) da filosofia francesa de corte pós-estruturalista e desconstrucionista em Michel Foucault e Jacques Derrida, por um lado, e na via reflexiva dos estudos culturais de corte pós-colonial (e decolonial), por outro, em pensadores como Stuart Hall, Homi Bhabha, Gayatri Spivak, Walter Dignolo etc.

literárias²² como pertencente à configuração de um fundo comum simbólico que remete à construção de identidades, seja as nacionais, no período das Independências, seja no cenário de análise desse texto, a América Latina, intenciona-se propor como avanço a escrita de histórias da literatura que elejam como modelo a historicidade, o hibridismo e a heterogeneidade do continente para, assim, falarmos desde já de uma geometria de autonomia do processo cultural. Se tais questões são desde Ureña tematizadas como marcas identitárias características do continente, por que não transformá-las em coordenadas da escrita da história e (re)lembrar que, mais do que o tema da “cor local”, são o estilo e a linguagem do pensamento que confere estabilidade a um projeto que se pretende deslocar da alteridade europeia. Deslocar e reconfigurar a sua história por meio da literatura, da história literária.

A operacionalização desse modo de escrita é análoga, na construção metafórica sugerida por esse ensaio, a encontrar a saída do labirinto, isto é, destacar a posição de autonomia da história latino-americana. Retomando a expressão lançada por Ureña há oitenta anos, talvez seja este, atualmente, o caminho de nossa história literária. Trata-se, com efeito, de uma tarefa inacabada.

Referências

- ASSIS, M. Instinto de nacionalidade. In: *Machado de Assis: crítica, notícia da atual literatura brasileira*. São Paulo: Agir, 1959.
- CARDOSO, F. H. Originalidade da cópia: A Cepal e a ideia de desenvolvimento. In: *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes & CEBRAP, 1980.
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.
- DACANAL, J. H. Dependência cultural: notas para uma definição. In: *Dependência, cultura e literatura*. São Paulo: Ática, 1978.
- MERQUIOR, J. G. O outro Ocidente. *Presença: Revista de Política e Cultura*, nº 15. Rio de Janeiro, abril/1990, pp. 69-91.
- MIGNOLO, W. COLONIALIDADE, o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, nº 94, junho/2017, pp. 1-18. (Tradução de Marco Oliveira).
- MOOG, V. *Uma interpretação da literatura brasileira. Um arquipélago cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Antares; Brasília: INL, 1983.
- PALERMO, Z. El rol de las historias literarias en los proyectos de modernización latino-americana. In: *Anais do VIII Seminário Internacional de História da Literatura*. Porto Alegre, v. 16, n. 1, out. 2010.
- RAMA, Á. *Literatura, cultura e sociedade na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

²² Zulma Palermo (2010) aponta essa relação como a finalidade última de toda história literária, qual seja, formar identidades.

SCHWARZ, R. Nacional por subtração. In: *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014[1987].

UREÑA, P. H. Caminos de nuestra historia literária. In: *Seis ensayos en busca de nuestra expresión*. Santo Domingo: Cielonaranja, 2016.

Recebido em: 12/08/2019

Aceito em: 07/11/19